

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.349 - SP (2019/0186692-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECLAMANTE : MARIA CECILIA BARBOSA
RECLAMANTE : VICENTE RUSSO FILHO
ADVOGADO : MARILENE RITA RUSSO - SP142365
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : CONDOMINIO ARUJAZINHO IV
ADVOGADOS : MAURÍCIO SGARBI MARKS - SP151822
ALFREDO CORSINI - SP179113

EMENTA

CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

DECISÃO

Esta reclamação foi proposta, de acordo com a inicial, porque *a pretensão dos Reclamantes nasceu com a violação do seu direito, visto que não foi aplicado ao caso em questão o Tema 886 julgado pelo STJ* (e-STJ, fl. 14, sem destaque no original).

O referido Tema teve origem quando do julgamento do REsp nº 1.335.551, de relatoria do Exmo. Sr. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, realizado sob o rito dos recursos especiais repetitivos.

Os reclamantes alegaram, em suma, que o Tribunal de Justiça de São Paulo *deixou de aplicar ao caso em questão o Tema 886 julgado pelo STJ* (e-STJ, fl. 11).

A liminar postulada foi indeferida (e-STJ, fls. 298/300).

Foi apresentada constestação (e-STJ, fls. 305/311).

Às fls. e-STJ 313/314, foram prestadas informações.

Ouvido, o Ministério Público Federal se manifestou pelo não conhecimento da reclamação (e-STJ, fls. 317/319).

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I

Superior Tribunal de Justiça

e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Sucede que do exame dos autos não se constata a existência de decisão desta Corte proferida em benefício de MARIA CECILIA BARBOSA e VICENTE RUSSO FILHO cuja autoridade esteja sendo desrespeitada, de modo a autorizar o processamento da presente reclamação a fim de garanti-la.

Relativamente à usurpação da competência, o Tribunal reclamado agiu nos exatos limites de sua jurisdição sem nenhuma invasão à área de atuação desta Corte.

A reclamação sustentou, em síntese, que o acórdão reclamado não aplicou ao caso a tese firmada em julgamento de recurso especial repetitivo.

Sucede, todavia, que aqui nesta Corte Superior já se decidiu que a reclamação *não se presta para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem, na apreciação de questões semelhantes, eventual tese firmada por esta Corte - mesmo que em recurso repetitivo* - (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016).

Além disso, disposto no art. 988, IV, do NCPC não prevê a possibilidade de ajuizamento de reclamação para fazer prevalecer ou afastar a tese fixada em julgamento de recursos repetitivos.

Veja-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO PREVISTA NO ART. 988 DO CPC/2015. CABIMENTO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. De acordo com o art. 988, IV, do CPC/2015, cabe reclamação para garantir a observância de decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e em assunção de competência (IAC).

2. É incabível a reclamação do art. 988, IV, do CPC/2015 visando à aplicação, pelos Tribunais de segunda instância, de julgado repetitivo do STJ, exceto se a decisão proferida for inobservada na origem e disser respeito às mesmas partes que compõem a reclamação.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Rcl 31.565, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 16/3/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, consoante o Ministério Público Federal, (1) a não aplicação da tese repetitiva foi bem analisada pela Corte paulista; (2) não houve o esgotamento da jurisdição estadual, porque nem sequer foi interposto recurso especial contra a decisão reclamada; e, (3) a reclamação não pode ser utilizada como sucedâneo recursal.

Cumpre referir, ainda, a propósito do acórdão do Tribunal paulista, que esta Corte possui entendimento de que a reclamação não pode substituir o recurso cabível na origem.

Nesse sentido:

RECLAMAÇÃO CONTRA RETENÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, CONSOANTE SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. NÃO CABIMENTO. RECLAMAÇÃO INDEFERIDA.

1. Não há previsão legal para o ajuizamento de reclamação contra decisão do Tribunal a quo que obsta o seguimento de recurso especial, com fundamento no art. 543-C do CPC.

2. Na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, para impugnar decisum que sobresta, supostamente de maneira equivocada, recurso especial com base no 543-C do CPC, é cabível agravo interno a ser examinado pelo Tribunal de origem.

3. Não é admitida a utilização de reclamação como sucedâneo recursal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 8/8/2012, DJe 15/8/2012 - sem destaque no original)

Assim, por mais de um motivo não procede a reclamação formulada.

Nessas condições, com base no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na presente reclamação.

A questão alusiva à condenação ao pagamento de honorários - requerida pelo CONDOMÍNIO ARUJAZINHO IV - foi recentemente tratada pela Segunda Seção no julgamento da Rcl nº 34.937, relatada pela Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, quando, por unanimidade, em razão da improcedência do pedido formulado, foram arbitrados honorários sobre o valor da causa.

O julgamento ocorreu aos 8/11/2018, tendo sido o respectivo acórdão publicado aos 13/11/2018.

Assim sendo, CONDENO os reclamantes ao pagamento de honorários fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa de onde foi tirada a reclamação, com

Superior Tribunal de Justiça

base no art. 85 do NCPC, observado, se for o caso, o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR

